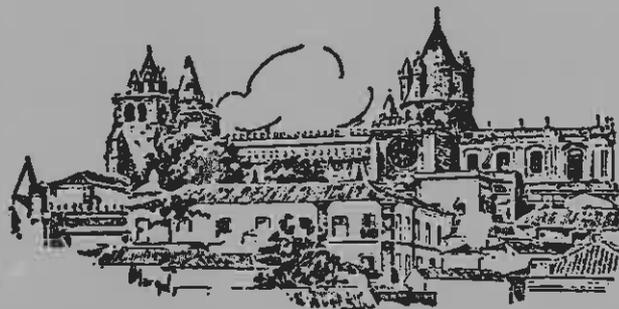


ANO VI - 1993

N.º 11 e 12

EBORENSIA



REVISTA DO INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA DE ÉVORA

REFORMAS UNIVERSITÁRIAS E ILUSTRAÇÃO CATÓLICA

*João Pedro Ribeiro e Frei Francisco
de S. Luís Saraiva - duas leituras
dos Estatutos pombalinos num
manuscrito inédito*

1. É possível induzir do confronto temporalizado das reformas universitárias europeias, respeitado o relativismo de fronteiras que legitima análises institucionais e sociológicas particulares, algumas das linhas definidoras do reformismo pedagógico pombalino nos estudos superiores de ciências exactas e naturais. Ponderada a sua essencialidade europeia, o caso português apresenta traços de extrema "modernidade", valorizada pela precursão curricular aduzida nos *Estatutos*⁽¹⁾. Não esteve, só por isso, ao abrigo de críticas mais

(1) "Na Universidade de Coimbra, O Marquês de Pombal através do seu projecto reformador terá de alguma maneira tentado conjugar o processo científico com o ensino e por isso pensamos que a *reforma de 1772, posta em prática pela letra dos novos estatutos da Universidade, representou a mais importante tentativa europeia no sentido de incutir na Universidade o novo espírito científico*" (ISABEL NOBRE VARGUES, *A 'Ode a Fileno' e a reforma da universidade de 1772*, in *O marquês de Pombal e o seu tempo*, Coimbra, Revista de História das Ideias, 1982, t. II, pg. 258). "Em vez de ser um fruto extemporâneo, como alguns a viram, a reforma é, pelo contrário, o retrato de uma época. Ela é, provavelmente, a imagem mais avançada, mais europeia que Portugal poderia ter dado na altura, sem que por isso deixem de reflectir nela realidades de sinal contrário, no que não se afasta do que caracteriza as estruturas de outras monarquias absolutas do Ocidente da Europa da mesma fase, como P. Anderson o formula 'composições insólitas, híbridas, cuja modernidade de superfície frequentemente esconde um subterrâneo arcaísmo'" (MARIA EDUARDA CRUZEIRO, *A reforma pombalina na história da universidade*, in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XXIV, n.º 100, Lisboa, 1988, pg. 190). Vid., também o importante estudo de LUÍS CABRAL DE MONCADA, *O idealismo alemão na história da filosofia do direito em Portugal*, Coimbra, 1938, pg. 12-14.

ou menos fundamentadas ou distorcidas e, em si mesmas, reveladoras de uma mentalidade; nem o estará hoje, a *fortiori*, se encontrado um competente distanciamento histórico.

Está fora de causa qualquer comparação da realidade católica meridional, no que concerne aos estudos científicos modernos, com os países da Europa do Norte, designadamente a Grã-Bretanha, berço do newtonismo e dos seus desenvolvimentos filosóficos, e a Holanda, o mais avançado em matéria de ensino matemático⁽²⁾. Noutros países considerados, ficou evidenciada a radical separação entre "comunidades de invenção" e "comunidades de conservação"; dito de outra forma - entre a investigação e a aplicabilidade utilitária operadas nas sociedades e academias científicas e nas escolas militares, por um lado, e, por outro, as universidades de forte tradição corporativa. Nos espaços marginais à universidade, frutificaram os esquemas conceptuais da nova teoria do conhecimento e insinuou-se a heterodoxia da "ciência extraordinária"; no espaço "oficial" universitário, tomado no seu conjunto, prevaleceu, quase intacta, a fronteira epistémica do saber dominante⁽³⁾. Tentativas de entrosamento geradas no compromisso paradoxal das elites "ilustradas" com o Estado absolutista - ruíram estrondosamente, pelo que foi preciso aguardar que as rupturas políticas pusessem a universidade em dia com o modelo teórico triunfante⁽⁴⁾.

2. Atentos à incontornável funcionalidade metodológica e semântica de qualquer plano de estudos racional, alguns espíritos demarcaram-se do texto pombalino, invocando a híbrida natureza de compêndio de pedagogia e severíssimo regulamento policial, bem como a sua sufocante prolixidade⁽⁵⁾.

(2) Cf. STENPHAN D'IRSA Y, *Histoire des universités françaises et étrangères (du XVI^e siècle à 1860)*, t. II, Paris, Éditions August Picard, 1935, pg. 108-109.

(3) "Une grande partie du mouvement scientifique, au XVII^e et XVIII^e siècle se développait en dehors des universités, dans les académies - qui rassemblaient et encourageaient les chercheurs, ainsi que leurs missions ou expéditions, dans les sociétés savantes, littéraires ou - c'est le signe du Siècle - économiques, dans les laboratoires, les jardins de plantes, dans les grandes bibliothèques ouvertes maintenant au public et dans quelques grandes archives" (B. LÉSNODORSKI, *Les universités au siècle des lumières*, in *Les universités européennes du XIV^e au XVIII^e siècle*, Genève, Librairie Droz, 1967, pg. 144-145).

(4) Cf. STENPHAN D'IRSA Y, *o. cit.*, e MARIANO PESET, *La monarquia absoluta y las universidades*, in *Revista de História*, vol. VI, Porto, 1985, pg. 145-172.

(5) "Suponhamos, todavia, que o primeiro ministro se contentava de abrir as janelas à luz europeia, deixando à vontade um escol a ela não habituado; é mais que provável que por muitíssimo tempo ainda esta manteria costas voltadas à claridade, continuando a gozar a delícia de na sombra contar os fiôs das teias de aranha... Compreende-se que a férrea vontade pombalina não se contentasse de tão pouco. Havia de europeizar-nos por força. E os *Estatutos da Universidade Restaurada*, como ele preferia se disesse, têm a híbrida natureza de um admirável compêndio de Pedagogia - e um severíssimo regulamento policial. Elevou-nos a uma altura mais alumiada e arejada; mas, para que não fugíssemos ao ar livre e à luz solar, foi-nos, provisoriamente, gradeando o recinto - para que nen nós pudéssemos fugir nem, pelo menos Aristóteles, nele entrar..." (HERNÂNI CIDADE, *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, pg. 195).

Conhecido o irremediável desfavor com que os enciclopedistas avaliaram o programa de "ilustração" do ministro de D. José, não surpreende o distanciamento filosofista de D'Alembert, apenas baseado na extensão do texto regimental (julgada incompatível com o método esclarecido que procurava sempre a via mais clara e curta para chegar à verdade). O matemático parecia não ter esquecido a lição de Montaigne que, a uma cabeça "bem cheia", preferia uma cabeça "bem feita"⁽⁶⁾. Em carta dirigida ao duque de Villa-Hermosa, com notável actualidade sobre a data de publicação dos *Estatutos* lusíadas, escrevia em Abril de 1773:

"Quant au Portugal, je ne connais point la nouvelle méthode d'études dont vous me fait l'honneur de me parler, je ne conçois pas pourquoi on me fait l'honneur de me citer à ce sujet et je doute fort, ainsi que vous, monsieur le duc, qu'une méthode d'études en trois gros volumes soit l'ouvrage d'une tête bien philosophique"⁽⁷⁾.

Não obstante, a vaidade autocrática de Carvalho e Melo foi largamente alimentada pelos elogios europeus que os "conselheiros do príncipe" lhe faziam diligentemente chegar. Sirva de referência a apreciação da reforma pelos eruditos espanhóis, Pedro Rodrigues Campomanes, Frei Rafael Rodrigues e Fernando José de Velasco⁽⁸⁾.

3. Em Portugal, nem a boa recepção do reformismo pombalino entre alguns círculos de "modernos" europeus conseguiu turvar a reflexão histórica - já no quadro do liberalismo implantado - do cultor da Diplomática, João Pedro Ribeiro. A inexecutabilidade de algumas recomendações, injuntas pelos *Estatutos*, à actuação pedagógica dos Mestres mereceram-lhe vivo repúdio. O lente coimbrão, mais de meio século sobre a Reforma, fez-se eco de uma reacção sem matizes aos textos pombalinos. A crítica chegou a raiar, nalguns passos, a caricatura, visando os "vícios do Século" que geraram as "atrocidades" do *Compêndio Histórico*, o "abuso das metáforas" e a "afecção ridícula": "*Um dos colaboradores da parte do mesmo Compêndio, relativo às Ciências Naturais, confessou a tortura em que se achara, precisando imputar aos Jesuítas também a corrupção entre nós da Química*"⁽⁹⁾.

(6) Cf. ANTÓNIO COIMBRA MARTINS, *Luzes*, in Dicionário de História de Portugal (dir. de Joel Serrão), vol. IV, pg. 89.

(7) MARQUÊS DE SEGUR, *Julie de Lespinasse*, Paris, Ed. Nelson-Calman-LENY, pg. 555, cit. por Castelo Branco Chaves, in CARL ISRAEL RUDERS, *Viagem em Portugal (1798-1802)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, pg. 302.

(8) Cf. ANTÓNIO FERRÃO, *A reforma pombalina da universidade de Coimbra e a sua apreciação por alguns eruditos espanhóis*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

(9) JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Reflexões históricas*, Part I, Coimbra, Imprensa Nacional, 1835, pg. 3.

O dirigismo doutrinário, para o canonista, relevava mais do que o seu assentamento em novas bases pedagógicas:

"Passo já aos Estatutos, e não ignoro os elogios que mereceram em toda a Europa, o que não esqueceu assoalhar-se entre nós; mas sem me encarregar de os analisar, sou obrigado a reconhecer como luxuário e exorbitante do seu objecto, a específica declaração das doutrinas que se deveriam ensinar, em cada uma das aulas, subministrando até aos professores definições triviais, qual a da Igreja, divisões, etc., transformando um regulamento de estudos em um tratado científico" (10).

Na edição do texto de João Pedro Ribeiro, que compulsámos, deparou-se-nos a "interferência" de um inesperado interlocutor - o regenerador D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva⁽¹¹⁾. Valioso comentário foi apenso, em manuscrito, à margem do texto impresso⁽¹²⁾. Deste modo é possível assistir ao "diálogo" entre homens notáveis, que o percurso mental separou. Pretexto privilegiado para confrontar o posicionamento de dois filhos da Igreja lusitana face ao turbilhão ideológico que atravessou a sociedade portuguesa, fracturando-a em segmentos de sensibilidade nem sempre conciliáveis⁽¹³⁾.

*"Parece-me que o Autor destas Reflexões he demasiadamente severo com os compiladores dos Estatutos da Universidade.
1.º Estes entrão com effeito em muitas explicações, e*

(10) JOÃO PEDRO RIBEIRO, *o. cit.*, pg. 3.

(11) O estudo mais exaustivo sobre o pensamento e a acção de Francisco Justiniano Saraiva (1766-1845), D. Frei Francisco de S. Luiz e, mais tarde, cardeal Saraiva, deve-se a LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *O cardeal Saraiva*, 1972.

(12) Utilizámos um exemplar do livro de João Pedro Ribeiro (depositado nos Reservados da BNL) que pertenceu ao cardeal Saraiva. Esta indicação aparece na 'folha de rosto' da obra, escrita pela pessoa que a adquiriu (Cf. BNL, Res. 532P). De posse desta informação, confrontámos a letra dos comentários com a de alguns manuscritos do beneditino. Concluímos que a notável semelhança caligráfica torna credível a atribuição da autoria a Saraiva. Procurámos, em vão, nas *Obras completas*, 10 ts., Lisboa, IN, 1877-1883 e nos estudos de LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS a transcrição ou a referência a este interessante apêndice.

(13) Entre o beneditino e João Pedro Ribeiro (1758-1839) houve, aliás, um convívio intelectual e científico frutuoso. Na realidade, Saraiva socorreu-se do saber de Diplomática do mestre universitário e entre os dois homens correu alguma correspondência (Cf. LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *O cardeal Saraiva*, pg. 51; IDEM, *Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração*, Sep. da Revista da Faculdade de Letras, II série, vol. I, Porto, 1984, e JOSÉ MATTOSO, *Correspondência diplomática de Frei Bento de Santa Gertrudes, João Pedro Ribeiro e Frei Francisco de S. Luís*, Lusitana Sacra, vol. I, Lisboa, 1956. Tem já sido sublinhado que a actividade científica, renovadora e esclarecida, do canonista tem que ser enquadrada no próprio ambiente criado pelos *Estatutos de 1772* (Cf. HERNANI CIDADE, *o. cit.*, pg. 211, e LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *Um intelectual de Setecentos. D. Frei Joaquim de Santa Clara Brandão*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

desenvolvimentos científicos, que não são próprios do seu especial objecto: mas este defeito tem grande desculpa no estado da Nação. Os compiladores quizerão fazer familiares as boas doutrinas, excitar especies que não são vulgares nas nossas escolas, apontar autores e opiniões, com o fim de as fazer ler e examinar: e finalmente prender os Mestres a se não desviarem para as subtilezas escolasticas, apresentando-lhes quasi como lei a que alias era puramente científico"⁽¹⁴⁾.

O futuro cardeal Saraiva servira organicamente o pedagogismo pombalino: iniciado na Matemática dos cursos beneditinos, veio a ensinar, nos anos noventa, a Aritmética, a Geometria e a Trigonometria⁽¹⁵⁾. Sensível às exigências culturais do séc. XVIII e dos novos cursos universitários, a Ordem de S. Bento gizou, em 1789, o *Plano e Regulamentos dos Estudos*, modelado ao jeito dos *Estatutos* adaptando do novo *Vade mecum* coimbrão "o que nos pareceo mais accomodado aos fins, a que devem endereçar-se as applicações literarias dos Religiosos"⁽¹⁶⁾. O legislador congreganista impregnou-se do espírito dominante nos estudos públicos e incluiu "algumas Sciencias profanas" por reconhecer que, à sua intrínseca utilidade, se aliava insuperável evidência - um monge não podia alcançar e "defender as verdades sobrenaturais em quanto ignora a Natureza"⁽¹⁷⁾. A actualização de um programa monástico de ensino médio, pela deslocação, na estrutura curricular, do "centro vital" metafísico para as ciências exactas e naturais, ia de par com os parâmetros trasladados das inovações aceites pelo catolicismo iluminado⁽¹⁸⁾.

(14) [D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva], comentários manuscritos apensos na obra de JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Reflexões históricas*, Part. I, Coimbra, 1835, pg. 3-5, BNL, Res. 532 P.

(15) Cf. MARQUÊS DE REZENDE, *Memoria historica de D. Frei Francisco de S. Luiz Saraiva*, 1864, pg. 6. S. Luís, segundo testemunho do próprio, ministrou as matérias que pertenciam ao curso filosófico dos beneditinos, urdido de acordo com o pensamento pedagógico-científico de Pombal, no ano lectivo de 1792-1793, pois ao abrigo do *Plano* de 1789, o geral dos frades bentos nomeou-o, em Setembro de 1792, professor de Filosofia no Colégio de Coimbra, funções que exerceu até Julho de 1793 (Cf. LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *Para a história do ensino em Portugal. Frei Francisco de S. Luís, professor de matemática*, Sep. da Revista Cale, vol. I, Porto, 1968).

(16) *Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal*, Lisboa, 1789, p. II, apud LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *Para a história do ensino...*, pg. 6. Para um conhecimento mais pormenorizado da estrutura deste *Plano* e do que lhe antecedeu (1776), vid. os trabalhos deste historiador: "Influência em Portugal de matemáticos franceses. (Um exemplo do séc. XVIII)", in *Da ilustração ao liberalismo*, Porto, Lello e Irmão, 1979, pg. 37-544, e *Pombal e a reforma dos estudos monásticos*, in *Sob o signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pg. 65-81.

(17) *Plano e Regulamento...*, "Prefacio" e pg. 1-2.

(18) "Numa comunidade onde prima o espírito quantitativo (...) o prestígio das ciências exactas, das ciências naturais, assume tal relevo que (...) manda ensinar matemática durante dois semestres do curso secundário de filosofia, que cobria três anos e reserva dois semestres às ciências naturais e à física, ficando apenas dois semestres para a filosofia racional e moral. Ora, a hipervalorização das ciências exactas e naturais, aqui testemunhada, quadra com o espírito científico próprio da ilustração" (LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *Os beneditinos e a cultura...*, pg. 30).

Mas, no beneditino Frei Francisco de S. Luís a *praxis* do magistério matemático ultrapassou a adesão circunstancial ao ideal coevo e vinculou-o a uma predisposição a mudanças mais fundas. A conjuntura política liberal acabou por empurrá-lo para um patamar intelectual de maior comprometimento - o reitorado universitário (1821-1823)⁽¹⁹⁾. Aberto à reforma dos métodos e compêndios então adoptados, quis ouvir as congragações das faculdades com o intuito de as empenhar na "purificação" dos *Estatutos*. Desta experiência retirou significativas impressões - resistência à mudança nas faculdades positivas; colaboração empenhada nas faculdades naturais:

"A Faculdade de mathematica se distinguio particularmente, propondo logo algumas alterações sobre a ordem e methodo de ensinar as differentes materias que constituem o corpo desta Sciencia" ⁽²⁰⁾.

Neste prisma não se pode estranhar, no antigo reitor, a desculpabilização daquilo que, para o canonista, eram "atrocidades". Saraiva vertebrou sobre a obra pedagógica da Junta de Providência Literária e dos sequazes marianos e joaninos um juízo interiorizado - assente na experiência e inteligido pela racionalidade metodológica, não isenta de seguidismo de "escola". Pôde, assim, distinguir continuidades e descontinuidades, reforma e contra-reforma na complexa "restauração" do sistema universitário:

"Também me parece que as "arbitrariedades" do Prelado primeiro Reitor da Universidade reformada, e as do Governo não paralyzaram a Reforma. Estas arbitrariedades erão, em parte, inevitáveis. Havia nos Estatutos muitas cousas que não podião ter logo exacta observancia: havia outras que a prática mostrou de difficil execução, o Governo acudia a isto, salvando o essencial. A Reforma não se paralyzou, antes foi bem nos primeiros 5 anos, isto he, em quanto viveo elRei e o seu Ministro. Logo que as cousas mudarão, devia temer-se, não a paralyssia mas

(19) Para uma apreciação da actuação de S. Luís como reitor da Universidade de Coimbra, consulte-se TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1902, pg. 341-351; FRANCISCO QUEIROZ, *Na Universidade de Coimbra*, in D. Frei Francisco S. Luís. Cardeal Saraiva (1766-1845), Sep. do Mensageiro de S. Bento, Porto, 1945, pg. 3-13; LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *O cardeal Saraiva*, pg. 103-131, e *A Universidade Coimbra no primeiro período liberal (1820-1823)*, in Sob o signo das Luzes, pg. 209-225.

(20) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), M.R. *Universidade*, M. 513, "Of. do Reitor de 4.11.1821", apud LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS, *O cardeal Saraiva*, pg. 111.

a morte da Reforma. Tudo, ou quasi tudo se conspirou contra ella: nada menos se pretendia que tornar tudo ao estado anterior. Todos os amigos da Reforma tremarão. A constância do Prelado, a sua dexteridade, as suas relações, etc., tiverão mão. Veio contudo novo Reitor, e então he que se quis paralyzar de todo a Reforma. Então he que a sua decadencia pareceo infallivel; e posto que ainda se sustentarão os Estatutos, que ja não parecia facil destruir, contudo derão-se golpes redobrados contra todas as boas doutrinas e methodos, etc.

Depois disto he que veio o Principal Castro, digno por certo do elogio que lhe faz o autor, e capaz de manter os bons estudos, se tivesse apoio no Governo; mas não o tinha, foi constantemente contrariado acinte, desgostou-se, e quiz ser d'ali removido, como foi.

Este espaço de tempo foi exactamente o do Governo do Prelado 1.º Reitor - D'ali em diante foi temivell a decadencia" (21).

JOÃO CARLOS BRIGOLA

Departamento de História
da Universidade de Évora

(21) [D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva], comentários manuscritos...